



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: impactos e implicações na melhoria da qualidade educacional brasileira

Gabriela Teles Meira Cruz¹

Universidade Interamericana-PY²

RESUMO

O presente trabalho aborda questões educacionais discutidas na contemporaneidade, buscando refletir acerca das políticas públicas educacionais, seus impactos e suas implicações na conquista da melhoria da qualidade na educação brasileira. A pesquisa bibliográfica também apresenta as contribuições que as avaliações externas representam para a elaboração de ações e de propostas na educação do país, pois mediante os resultados fornecidos pelos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que são fontes pertinentes para a análise do funcionamento do ensino nas escolas públicas, os gestores são convocados a reorganizar as metas e promover mecanismos que venham a interferir e solucionar os obstáculos que impedem o avanço do ensino e da aprendizagem. Com o estudo, podemos salientar que a educação brasileira vem apresentando algumas mudanças significativas, no que tange a implantação de políticas públicas educacionais, uma vez que, os dados coletados pelas avaliações externas, podem colaborar na implementação de ações propícias a minimizar as disparidades nas aprendizagens dos estudantes de todas as partes do Brasil.

Palavras chaves: Políticas Educacionais; Avaliação externa; Índices de qualidade; Educação Pública.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro atual, alguns estudos vêm buscando identificar os reais motivos que impedem a melhoria da qualidade da educação no país. As avaliações externas como Indicador de Desempenho da Educação Básica é um dos instrumentos que fornecem dados por meio de amostragem do desempenho dos alunos das escolas das redes públicas de todo o Brasil. Diante dos resultados apresentados pelo Portal do Governo Federal, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - Inep podemos perceber que mesmo a partir de tantos avanços na educação e, com a implantação de diversas ações e programas das políticas públicas da educação, uma grande parcela das escolas, ainda não consegue melhorar o ensino-aprendizagem e garantir o sucesso nos resultados das avaliações externas.

¹ Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia –UNEB. Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis - F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Email gabi.tmeira@hotmail.com

²Esse artigo traz parte das discussões que constitui o terceiro capítulo de uma tese de doutorado que será apresentada à Universidade Interamericana-PY em janeiro de 2021.



Devido aos resultados negativos que algumas escolas vêm apresentando, percebe-se que há uma grande necessidade de investir em mais ações que de fato sejam pertinentes e efetivas, bem como na busca de mais informações por meio de investigação direta a respeito dos problemas que estão contribuindo para o baixo aprendizado dos alunos das instituições públicas do país. Sabemos que as políticas públicas de educação vêm ganhando destaque e ocupando o centro das discussões no cenário atual da educação brasileira, pois estudiosos apontam para a necessidade de refletir acerca da implantação dessas políticas, bem como sobre os problemas estruturais que a educação básica enfrenta para garantir um ensino que contribua para o desenvolvimento das competências e das habilidades, principalmente as que envolvem o saber ler, escrever e calcular, fatores essenciais na garantia da permanência e da aprovação dos alunos que estão inserido na educação pública de todo o Brasil.

Nesta medida, podemos ressaltar que alguns esforços já estão acontecendo para diminuir as disparidades escolares referentes à aquisição de conhecimentos e a aprovação escolar ao longo dos anos, pois a implantação de algumas das políticas públicas, como a de democratização da escolarização, de expansão do Ensino Fundamental I para nove anos, o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Novo Mais Educação, a implantação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, as avaliações externas, como: a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outros, vêm sendo propostas para minimizar os conflitos e empecilhos que as escolas enfrentam durante o processo de promover um ensino de qualidade para todos. Assim, buscamos discutir acerca de como as ações que avaliam o ensino ofertado pelas escolas podem contribuir para a elaboração de políticas públicas mais apropriadas na resolução de problemas que ao longo dos anos vem interferindo na aprendizagem efetiva dos estudantes brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

A educação no Brasil a partir das reformas educacionais da década de 90 sofreu muitas mudanças significativas, com a intervenção de organismos internacionais, o país precisou implementar ações que contribuíssem no que tange a oferta de vagas, na qualificação dos profissionais, na redistribuição de verbas, na organização da educação em seus diferentes setores desde a Educação Infantil, com creches até o Ensino Superior, houve também melhorias acerca da locomoção dos alunos até as instituições escolares, dentre outras. No entanto, mesmo com tantos avanços e com o acesso facilitado a todas as modalidades de ensino da educação básica, os processos educativos que permeiam o ensino e a aprendizagem apresentavam



obstáculos para sua execução efetiva, uma vez que, grande parcela dos estudantes que ingressavam nos espaços escolares da rede pública apresentava dificuldades para concluir os estudos.

Diante disso, uma das estratégias já utilizadas em países europeus, introduzida no Brasil com fins a verificação da qualidade do ensino, resultou nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que a partir da década de 90, foram bastante relevantes, pois recolhe dados, coletando informações com a aplicação de avaliações. As fontes obtidas representam até os dias atuais, dados fidedignos sobre o índice de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas no país, no processo para obtenção dos resultados, as instituições e sua clientela, são submetidos a responder as avaliações e os questionários, os itens avaliados perpassam por instrumentos individuais, como as provas e questionários que os alunos respondem e para docentes e gestores, os questionários contextuais, por meio destes, o Saeb realiza um cálculo que apresenta o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representando os resultados acerca da qualidade da educação no Brasil.

Desde que o Saeb foi implantado no Brasil, os dados obtidos ao longo dos anos, trouxeram informações, indicando que boa parcela dos estudantes não tem o conhecimento relativo à série/ano que estão inseridos, a leitura, a escrita e a alfabetização matemática apresentam resultados alarmantes, provenientes da condução que a educação foi sendo projetada em seu contexto histórico. Não nos cabe procurar os culpados, mas discutir acerca de possibilidades que podem reverter este quadro, pensando sob esta ótica, os indicadores levantados pelas avaliações externas representam uma fonte bastante rica de informação pertinente a busca de soluções para os problemas existenciais que permeiam as escolas públicas de todo o país.

Diante disso, podemos destacar que o IDEB vem sendo um dos fios condutores das Políticas Públicas Educacionais no país, uma vez que, através do fornecimento de informações que retratam a realidade do ensino-aprendizagem das instituições escolares públicas, os governantes em posse desses dados podem elaborar programas e ações, com vista a minimizar os obstáculos que impedem o avanço na melhoria da qualidade da educação, bem como verificar seus efeitos no que tange ao desenvolvimento educacional brasileiro. Assim, podemos destacar que, as políticas educacionais são pensadas em sua grande maioria a partir dos problemas já detectados e, que precisam de enfrentamento para sua resolução. Segundo RUA (2014) “as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade.” (p. 19)



Como destaca a autora, as políticas públicas se baseiam na resolução de conflitos, que emergem na sociedade, partindo deste contexto, precisamos destacar que os problemas enfrentados nos bancos escolares para a promoção de um ensino de qualidade, vem conduzindo a elaboração de políticas públicas educacionais para atender diversos campos sociais. Neste sentido, podemos ressaltar que países estrangeiros contribuíram para que o Brasil conduzisse ações com vista a resolver os problemas, no que tange as necessidades de aprendizagem escolar, partindo de metas previstas em documentos oficiais e acordos internacionais, que trouxessem melhorias nos resultados referentes as dificuldades que os alunos da educação básica enfrentam.

Nesta medida, é relevante destacar que tais interferências internacionais, também refletem interesses e ideologias diferentes, uma vez que, os países de primeiro mundo são portadores dos conhecimentos tecnológicos e recursos financeiros, assim, controlam os processos socioeconômicos dos demais países, situação que tende a provocar a subserviência dos governantes de países em desenvolvimentos e subdesenvolvidos à economia mundial. Diante disto, podemos salientar no que tange a educação, que a interferência global, parte desde a organização do ensino até a sua condução, pois conforme Lima (2008), a educação é vista pelo neoliberalismo como parte principal da sociedade, partindo desse, os mecanismos de construção das relações sociais para atender as demandas ideológicas impostas são incentivadas a partir da educação segundo os modelos pré-definidos.

Em contrapartida, os resultados apresentados por diferentes instrumentos avaliativos, vem demonstrando que a educação mediada por interesses capitalistas é limitada, a aprendizagem não é assegurada em sua totalidade, frustrando estudantes e profissionais da educação. A forma global como é encaminhada as políticas públicas na resolução de problemas no âmbito educacional, impostas por ideais capitalistas, com vista a eficácia imediata do ensino, tendem a encontrar resistência em âmbito local, uma vez que, a conjuntura socioeconômica do Brasil, para a materialização destas, permeia não somente as questões financeiras, mas o entendimento dos atores envolvidos no processo, pois os programas e as ações que chegam escolas, só se concretizam a partir da aceitação daqueles que atuam diretamente no contexto escolar.

Nesta perspectiva, a gestão social para a formulação das políticas públicas educacionais passa a ser composta por diferentes atores, com a democratização do ensino e a participação social, a elaboração das ações e programas educacionais ganham um novo rumo, uma vez que, permite a construção de um cenário de diálogos para condução da educação no país. Diante disto, um dos mecanismos de obtenção de informações acerca da realidade educacional do país



foi adaptado, as avaliações externas precisaram serem reorganizadas as mudanças da sociedade ao longo dos anos, bem como para atender também as necessidade de informações no que tange a formação da agenda, que está diretamente relacionada aos problemas detectados e temas relevantes para todos aqueles que estão envolvidos no processo escolar.

Sabemos, no entanto, que os governantes tem enfrentado muitas dificuldades no processo de investigação e atuação junto aos problemas, pois há algumas limitações no que tange as informações, que decorrem dos próprios atores envolvidos, questões que vão desde os interesses individuais e grupais, políticos e sociais na resolução dos conflitos. Diante disto, a participação social passa a ser um dos processos que dialogam com a reconstrução da educação no país e, para engajar os indivíduos neste processo, algumas metas são lançadas e incorporadas as políticas públicas para alcançar a participação efetiva dos cidadãos.

Como afirma Lima (2008)

Ampliar e qualificar a participação popular eram condições imprescindíveis para praticar e consolidar a DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, na qual ser sujeito não significa apenas votar e delegar poder, mas principalmente, participar das definições políticas, econômicas e sociais, bem como interferir nesse processo. (p.81)

Ao tratarmos da participação dos governantes, podemos destacar que a formulação da agenda governamental prevê medidas que requerem gastos, um processo ainda complicado de resolver, pois mesmo que haja uma preocupação de consolidar a democracia participativa, algumas decisões estão sob o poder daqueles que não vivem na prática os problemas educacionais, situação que ainda inviabiliza algumas decisões. Neste sentido, a escolha acerca de quais problemas detectados seriam colocados como foco de atenção para resolução, depende em grande parte de interesses diferentes, que mediam e controlam o processo.

Mesmo diante das avaliações externas, as quais ficam mais evidentes os problemas que interferem na qualidade educacional do país, visto que é um instrumento de investigação, para o enfrentamento de vários obstáculos na garantir informações do contexto escolar, esta ainda vem passando por mudanças representativas, nas quais há uma preocupação em obter através da geração de dados, informações significativas e relevantes para condução de uma agenda governamental, no que tange as políticas públicas educacionais, bem como sociais emergenciais e de fato primordiais para a sociedade.

Partindo desta perspectiva, o Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (Saeb) foi uma das ações mais representativas no sentido de busca por constatar no locus os problemas educacionais que historicamente não são resolvidos e atrapalham o desenvolvimento da educação do país. Com o Saeb fornecendo informações, as políticas públicas passaram a



incorporar ações e programas de maior abrangência, as mediações para um controle das desigualdades de aprendizagens, reorganizaram os tempos e espaços de ensino, as interferências foram encaminhadas também para outros setores da sociedade, haja vista que, a educação sofre influências de diferentes campos sociais.

Assim, as avaliações previstas no Saeb, bem como a gestão participativa das políticas públicas, redimensionaram a organização de diferentes campos da sociedade, a primeira detectando os obstáculos e a segunda proporcionando uma parceria que envolve tanto o campo político, bem como o público nas decisões. Tal processo se deu, devido a necessidade de mobilização social para reverter o quadro negativo na qual a educação foi construída, pois algumas reformas para corrigir as lacunas históricas, não atingiram de fato os problemas, pois ainda é constatada pelas avaliações externas que há uma baixa qualidade na educação do país.

Diante disto, podemos ressaltar que a educação no Brasil, fortemente influenciada pelo pensamento neoliberal como salienta Silva (2016), com preceitos de redemocratização e com novos modelos de gestão privatista, organizados em conceitos de descentralização, participação e autonomia, podemos perceber que não atingiu o esperado, ou melhor, sua eficiência na melhoria da educação, representou aos cofres públicos, muitos gastos e pouco resultados. Neste sentido, a tão sonhada garantia de sucesso nas propostas educativas, idealizadas por moldes internacionais representam baixo índice de aprendizagem em seus diferentes ciclos escolares, a efetivação das políticas públicas educacionais vem sendo questionada, pois a apropriação do conhecimento em tempo real, vendido em programas e ações tendem na prática surtir pouco efeito.

É com base nos resultados que o Saeb fornece desde sua implantação, que constatamos que uma grande parcela dos estudantes das escolas públicas precisa apresentar uma aprendizagem significativa para atender aos índices desejados. No entanto, os dados retratam uma realidade ainda distante do esperado, são informações que preocupam todos os sujeitos que estão envolvidos no processo, haja vista que, a educação ainda não cumpriu com o seu papel, que é o de garantir as necessidades básicas de aprendizagens prevista pela declaração mundial a décadas atrás.

Neste sentido, como já diagnosticado por diferentes instrumentos de coleta de informações, o fracasso escolar vem prevalecendo e comprovando que o sistema educativo no país é falho, o direito a educação prevista na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, em acordos internacionais dentre outras, está distante de ser cumprido, pois



mesmo com tantos avanços no que diz respeito ao acesso e disponibilidade de vagas, garantir a qualidade do ensino para formar sujeitos que possam atuar no mercado do trabalho e na vida social, vem sendo um dos maiores obstáculos que permeia o campo educativo.

Partindo desta perspectiva, podemos reforçar que os fatores que interferem neste processo, também estão interligados a outros campos sociais, visto que a centralização desenfreada do poder durante décadas na tomada de decisões governamentais para solucionar problemas foram influenciadas e a eficácia acabou sendo comprometida. Diante disto, é relevante salientar que a materialização das políticas públicas tanto no campo educativo, como em outros, depende de vários fatores e, a eficiência destas parte do princípio que a atuação participativa é uma das condições que a sociedade vem buscando para garantir que as demandas sociais do coletivo, passem a ser prioridades no que tange a implementação das ações e dos programas das políticas públicas brasileiras.

Foi diante dos diversos momentos da história do país, que a população por meio de movimentos sociais, lutou para que os direitos previstos em leis viessem a serem garantidos, no que tange, a educação, a participação da sociedade civil buscou em diferentes momentos o cumprimento do dever do estado para com a sociedade no que tange, a promover uma educação de/e com qualidade para todos. No entanto, as dificuldades advinda da crise do capital, do avanço tecnológico, das interferências internacionais, dentre outras, muitas ações e programas previstos para reorganizar a educação no país foram mediadas e controladas, bem como outros campos sociais, interferindo no cumprimento de muitas leis que passavam a serem estabelecidas em prazos e com vista ao alcance das metas sem que tivesse uma preocupação com a qualidade, seguiam normas para atender a documentos que, infelizmente, mantiveram-se apenas no papel.

A discrepância entre a teoria e a prática das políticas públicas educacionais são frutos dos descompassos que o país enfrenta ao longo dos anos. Podemos destacar, que o acesso à educação é direito de todos, previsto em lei, mas, mediante aos problemas que enfrentamos para garantir a aprendizagem escolar de acordo a série/ano como o IDEB aponta, muitas políticas públicas implantadas nas três últimas décadas buscaram contemplar o acesso e promover a efetiva aprendizagem, no entanto, os dados fornecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apresenta um divórcio entre a legislação e a prática.

Os indicadores de aprendizagem previstos nas avaliações externas quantificam o conhecimento que os alunos obtiveram ao longo dos anos no ensino público, são dados alarmantes que retomam questões acerca do direito à educação. Promover o acesso sem as devidas condições de permanência, é um dos maiores problemas que as instituições escolares enfrentam,



pois a apropriação de saberes é um dos pilares para que muitos sujeitos continuem os estudos, bem como outros aspectos que permeiam o meio social. Nesse sentido, retomamos uma discussão bastante significativa, a respeito da expansão de vagas, com a autora Algebaile (2009) quando ela afirma que,

A expansão escolar no Brasil constitui-se com essa marca. A produção de uma escola precária para o atendimento dos segmentos sociais mais pobres, comumente vistas como uma “expansão desordenada”, é orgânica ao baixo alcance dos projetos inovadores, do fato de que estes, ainda que fossem concebidos para chegar a todos, jamais chegariam, pois seu alcance não dependia da vontade de quem produzia *os projetos*, mas das relações que formavam a base real de sua implementação. (p.125)

Como destaca a autora, a expansão em termos gerais, representa uma correção apenas de oportunidades, sem que haja uma preocupação com as desigualdades de aprendizagens, a superação propagada em projetos modernos, distanciam a efetiva prática da escola precária, a qual se mantém distante de alcançar uma oferta igualitária de educação escolar. Neste sentido, o contexto das políticas públicas educacionais, ao que tange o acesso, perpassa por outros serviços que vão além da educação, o campo social e econômico também estão interligados com a organização e efetivação das políticas de expansão, os quais por meio de algumas estratégias estão sendo aos poucos reorganizados por meio de medidas governamentais visando um atendimento as demandas socioeconômicas de uma sociedade marginalizada historicamente. Tal processo, também está reintegrando a necessidade de respeito às leis, oriundas do próprio sistema, o qual implanta e nem sempre cumpre.

Pensando sob está esta perspectiva, a população mais afetada pelas desigualdades sociais, é também a que vivencia a ineficácia dos programas de expansão de vagas, pois com a escassez de escolas em bairros periféricos e na zona rural, o acesso ao conhecimento fica limitado, impedindo que haja uma transformação da realidade desses sujeitos. Neste sentido, o combate às desigualdades de oportunidades e direitos sociais, passa pela educação que é uma das porta de entrada para reorganização social, a qual vem sendo mecanismo de controle para ascensão social em muitos momentos, no contexto histórico da educação, suas mudanças foram previstas sem a devida atenção a uma classe de sujeitos que não tem as mesmas condições de aprendizagens.

Na educação brasileiras, as necessidades de aprendizagens ainda não representam na maioria das vezes, o ponto de partida para a elaboração dos programas e ações escolares, pois no país, com a falta de interligações entre a educação e os outros campos da sociedade, as políticas públicas educacionais voltadas para melhorar as condições de aprendizagens são baseadas em outros países que já estão bem avançados em todos os sentidos. Os setores privados



também interferem e redefinem as propostas curriculares para superar as crises enfrentadas pelas instituições públicas em todo o território, mas tal situação vem demonstrando que partem de uma realidade distante, a qual não atinge com eficácia os problemas existenciais das escolas.

Partindo desta discussão, Peroni (2017), destaca que “As avaliações constataram o óbvio, isto é, problemas de qualidade e, em vez de proporcionar políticas para elevá-la, o poder público comprou “pacotes de qualidade” do setor privado para a educação básica.” (p.24). O direcionamento das políticas públicas como ressalta o autor, são mediadas pelos ideais capitalistas, que desde o diagnóstico já baseado no neoliberalismo, induz a venda desenfreada de propostas redimensionadas pelos setores privados com parcerias com os governantes para a execução das políticas de parâmetro de qualidade.

Os programas e ações governamentais são pensados a partir de um único modelo e disseminado em todo o território brasileiro, não há um cuidado com as particularidades locais e regionais, apenas são impostos como “tábua” de salvação para atenuar os problemas já detectados por diversas fontes. A efetivação das políticas públicas, nos remete a pensar sob a elaboração e a materialização dessas no seio da escola, são realidades diversas que precisam ser discutidas, pois ao tratar o problema por um único viés, corre o risco de não atender ao desejado.

Neste sentido, diversos autores como Lima (2008), Algebraile (2009), Silva (2016), Nardi (2017), dentre outros, vem discutindo acerca das políticas públicas, reforçando debates que atentam ao direito à educação de qualidade, a equidade de oportunidades, a eficácia, a efetividade e a materialização das políticas, etc. na tentativa propor um diálogo mais profundo sobre a educação e suas interfaces, tão obscura no que tange a verdadeira condição que de fato se encontra. A maneira como a implantação, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas educacionais é organizada, podem interferir na melhoria da condução do ensino em um país, principalmente, países que vêm sendo conduzido por pensamentos voltados para o capitalismo e, que vive a reproduzir conceitos e métodos de uma educação já efetiva de outros países ou frutos de empresas privadas.

Tal processo é uma representação da realidade de uma dependência que o Brasil e outros países possuem em relação aqueles que dominam e controlam os avanços tecnológicos e científicos, a falta de conhecimento é mantenedora das amarras da subserviência. Nesta medida, a educação imposta por ideais que reafirmam como sendo o centro da sociedade, visto que, a partir dela é possível preservar o poder, impedindo que o sujeito pense, bem como, instigando as diversas formas de exclusão que mantém as desigualdades. Esses ideais do mundo global, são tão perversos que mediam e controlam a todos que dependem de uma oportunidade de



crescimento intelectual, econômico e cultural para agir perante seus problemas, com enfrentamento a imperatividade que regula o ser humano.

Ao discutirmos a respeito das implicações que as políticas públicas educacionais vem enfrentando ao longo dos anos, nos remetem a pensar acerca de que sujeito queremos formar, como discutido anteriormente, somos frutos dessa colonização desenfreada que gerou um caos na perpetuação de controle da sociedade, especialmente daqueles que emergem da pobreza e tenta se erguer ao meios de tantas desigualdades. Assim, na tentativa de compreender a verdadeira proposta de melhoria da qualidade da educação, estudiosos retomam a necessidade de garantir o respeito ao direito a educação, que é de direito aos cidadãos, sem tal, a efetiva aplicabilidade, esse permanece no papel, pois como já discutido, as políticas sociais e educacionais pensadas por aqueles que conduzem todo o processo, perpassa pelo controle do poder. Diante disso, precisamos enfatizar que as políticas educacionais visam combater problemas que foram construídos ao longo do processo de estruturação da educação no país, os resquícios das desigualdades de oportunidades, historicamente, enraizados, que impedem avançarmos no atendimento efetivo da educação.

Partindo desta perspectiva, a educação e o campo social, caminham lado a lado, ao reorganizá-los por meio de políticas públicas adequadas, há uma chance de superação em termos de desigualdades de oportunidades, pois como podemos destacar, a evasão escolar que é um dos pontos avaliados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), representa as desigualdades de oportunidades. O estudante que evade, desistindo dos estudos, é vítima de um sistema excludente, que por diferentes fatores são responsáveis por tal situação, como apontam alguns estudiosos, a escola pública e a pobreza caminham lado a lado.

Diante disto, ao tratarmos do ensino, que é o foco principal da educação no país, as lacunas que são deixadas pela falta de qualidade deste, representa um dos maiores obstáculos, para a continuidade dos estudos de muitos estudantes. Com a falta de apropriação dos conhecimentos básicos escolares, que estão previstos nas séries/anos, as necessidades básicas de aprendizagem deixam de serem adquiridas, passando a distanciar o sujeito do conhecimento, fator que instiga a evasão escolar, tal processo, vindo sendo diagnosticado pelo Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (Saeb), através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) quando apresenta por meio de dados o “Movimento escolar”, um cálculo referente aos dados fornecidos pelo censo escolar o qual identifica se os alunos estão permanecendo na escola.



Tal processo é fundamental para a verificação do avanço nos anos escolares que são representativos no que tange a comprovação da qualidade da educação ofertada pelas instituições educacionais do país. A evasão escolar também está ligado aos rendimentos previstos pela educação, pois são fontes para os cálculos do Ideb, uma vez que, “Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada um destas situações constituem as Taxas de Rendimento.” (QEDu, 2020).

Como destacado anteriormente, a evasão é um pilar negativo ao que tange ao rendimento escolar, superar tal obstáculos é uma das necessidades de mobilização governamental, que está aquém dos bancos escolares. Os diferentes fatores que conduzem o aluno a deixar os estudos, perpassam pelas necessidades de trabalhas, por doenças crônicas, pelo desinteresse pelos estudos, pela falta de incentivo dos familiares, por dificuldades de aprendizagens, por problemas como o transporte escolar, dentre outras necessidades básicas que inviabilizam os estudantes de prosseguirem.

Pensando sob esta ótica, o Ideb, vem sendo uma das fontes de informação acerca do funcionamento das escolas, com um diagnóstico previsto da evasão e da repetência um dos maiores problemas referentes ao abandono escolar. Entretanto, as escolas públicas continuam a informando dados que comprovam a ineficácia do ensino, haja vista que, continuam a expulsar os alunos e reprová-los ao longo dos anos. Neste sentido, há uma implicação que dificultam a efetivação das políticas públicas educacionais para atender a tais problemas e, estudiosos apontam que a descontinuidade destas é um dos fatores que inviabilizam atingir melhorias acerca dos problemas vivenciados no chão das instituições escolares brasileiras.

Contudo, durante algumas décadas, o Brasil, buscou implantar políticas públicas que atendessem as demandas da aprendizagem escolar, para garantir que os índices de abandono fossem minimizados, que as desigualdades e as lacunas nas aprendizagens fossem resolvidas, bem como como a resolução de outros obstáculos que impedem a melhoria da qualidade da educação, propondo programas e ações que vão desde a reorganização da alfabetização, que é uma dos maiores problemas que afetam a permanência dos alunos, pois a falta de saberes básicos, como ler e escrever, dificultando a apropriação de outros conhecimentos, os estudantes ficam limitados ou impossibilitados de conduzir sua aprendizagem escolar, até as propostas voltadas para estruturação das instituições, formação docente, dentre outras políticas públicas que viessem a contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública. Entretanto, é pertinente destacar que uma parcela dos projetos que foram implantados na tentativa de



diminuir o índice negativo quanto a aprendizagem escolar, especialmente para atingir aqueles que ingressão nas escolas e saem sem serem alfabetizados, não tiveram continuidade, foram substituídos por outros programas ou vem sendo reformulados, com uma roupagem diferente, mas com os mesmos propósitos, os quais pouco interferem de fato na garantia de mudanças positivas no que tange ao ensino público da grande maioria das instituições escolares.

Enfim, diante disto podemos destacar que a busca por implantar ações, projetos e propostas que venham conduzir um ensino, com vista a educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, mesmo diante de tantos avanços, principalmente, decorrentes das políticas públicas de educação e a partir das reformas educacionais, precisam de uma efetivação e continuidade dessas, para não apenas representem desperdício de tempo e dinheiro no que tange a verdadeira condução do ensino e da aprendizagem, pois os indicadores previstos pelas avaliações externas estão postos e refletem a realizada da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhoria da qualidade da educação está ligada a aprendizagem efetiva dos estudantes, as maiores implicações de avançarmos nesse sentido, está na condução desenfreada das ações que atuam no contexto educacional. Como já discutido anteriormente, as políticas públicas são planejadas e pensadas para agir perante os problemas que afetam a educação, ao discutirmos acerca dos impactos provocados pelo baixo rendimento escolar, a reprovação, a evasão dentre outras, que permeia o espaço escolar, buscando compreender a necessidade de que haja uma efetivação das políticas públicas para minimizar ou extinguir tais problemas. Assim, buscamos outros fatores que estão indiretamente ligados aos baixos resultados, como a desenfreada política de expansão de vagas, as desigualdades de aprendizagens, dentre outros, bem como o acesso à escola que é uma correção prevista pelo desastroso contexto histórico também da educação, que durante décadas não garantiu o direito a educação.

Algumas medidas para prevenir o analfabetismo, desistência e a reprovação, deveriam estar previstos em ações mais eficazes, pois os indicadores da qualidade da educação prevista nas Avaliações externas em âmbito nacional, e fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dentre outros, retomam questões pertinentes as condições de qualidade como instrumento de monitoramento das políticas públicas, bem como para a elaboração das propostas e ações, haja vista, que essas interferem diretamente no contexto escolar e nas formas de conduzir o ensino e a aprendizagem para alcançar avanços significativos.



Contudo, a educação brasileira, no que tange as políticas públicas, mesmo apresentando alguns saltos positivos para garantir o direito à educação, por meio da expansão de vagas, ao acesso facilitado, dentre outros, muitas instituições escolares ainda apresentam um índice baixo em relação a aprendizagem e ao ensino, pois, os indicadores levantados por pesquisas voltadas para verificação da apropriação de conhecimentos escolares, de aprovação e de permanência, demonstram que precisamos reorganizar as propostas educativas e os projetos pensados a âmbito nacional, com vista, a interferir diretamente no foco dos problemas já apresentados pelos resultados fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Enfim, para alcançar melhorias em relação aos obstáculos que as escolas enfrentam é necessário repensar a educação a partir de um novo olhar acerca da implantação, a efetivação e a materialização das políticas públicas educacionais no contexto real das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública no Brasil: a ampliação para menos.** – Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

LIMA, Samantha dias de. **Gestão, Planejamento e Política Públicas.** Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). – Curitiba: Ibpx, 2008.

NARDI, Elton Luiz. **Políticas Públicas para o Ensino Fundamental: sob o imperativo do direito à educação de qualidade.** In: CAMPOS Marília Andrade Torales, SILVA, Monica Ribeiro (Org.). educação, movimentos sociais e políticas governamentais. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **As implicações da privatização da educação no processo de democratização.** In: CAMPOS Marília Andrade Torales, SILVA, Monica Ribeiro (Org.). educação, movimentos sociais e políticas governamentais. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2017.

Rua, Maria das Graças. **POLÍTICAS PÚBLICAS.** Especialização em Gestão Pública. Módulo Básico. – 3. ed. rev. Atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

SILVA, Isabelle Fiorelli. **EFETIVIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: EM BUSCA DE UM CONCEITO.** In GOUVEIA, Andréa Barbosa. (org.). EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NOS SISTEMAS DE ENSINO BRASILEIRO. -1. Ed. – Curitiba, Appris, 2016.